

MORADIA, DIREITO OU PRIVILÉGIO?¹

Moradias populares: uma questão de polícia?

Inara Figueiredo²
Larissa Dallelaste³
Luana Pradela⁴

A moradia se constituiu em um problema social das populações empobrecidas, nas grandes cidades brasileiras, desde o final do século XIX. Com o fim da escravidão parte significativa da população de cativos libertos não tinha para onde ir e se instalava em pequenas moradias conjuntas, baratas e de estrutura precária, conhecidas como cortiços. Ao longo do século XX, assistiu-se, nas grandes cidades, a formação de bairros inteiros constituídos por moradias precárias para abrigar trabalhadores oriundos do campo e atraídos pela ilusão de emprego farto e de oportunidades nas metrópoles.

Via de regra as populações que vivem nos bairros pobres, cortiços, favelas e ocupações se tornaram alvo de violentas ações por parte das administrações públicas. Todos nós já ouvimos narrativas sobre a história da demolição do cortiço chamado Cabeça de Porco, habitado por diversos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro.

Os cortiços eram considerados, pelos agentes públicos e sanitaristas focos de doenças e degradação que representavam, portanto, uma ameaça à ordem urbana. Naquele momento a destruição do cortiço e expulsão dos moradores foi determinada pelo interesse do governo e dos empresários do setor imobiliário que queriam afastar a população pobre da região central da cidade e assim promover a valorização do terreno ocupado pelo cortiço Cabeça de Porco.

No ano de 1893 os moradores receberam uma intimação judicial que os expulsava – supõe-se entre duas e quatro mil pessoas – a qual não foi cumprida por não terem para onde ir. Então, foram retirados sem dó pelo então prefeito e mandante do ato, Barata Ribeiro. Durante a noite uma tropa do primeiro batalhão da infantaria invadiu o recinto e sob uma intervenção violenta os moradores foram retirados.

¹ Mural produzido em Março/Abril de 2012. Coordenação: Aparecida Darc de Souza e Gilvana Machado Costa. Estagiários: Alex Sander Sanoto, Inara Gabriela Figueiredo Costa, Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, Larissa Dallelaste Borilli, Luana Milani Pradela, Lucas Blank Fano, Paulo Roberto da Costa Sartori e Vânia Grazielle Inocêncio.

² Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

³ Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

⁴ Acadêmica do 2º ano de História da UNIOESTE.

Mas o que aconteceu com o “Cabeça de Porco” não ficou restrito ao século XIX. Nos dias de hoje é comum acompanharmos casos de desocupações violentas e moradias ditas irregulares. O caso mais recente é a expulsão dos moradores que habitavam um terreno desocupado denominado Pinheirinho. O terreno pertencia à empresa falida Selecta S/A, controlada pelo empresário de origem libanesa Najih Nahas. Acusado de inúmeros crimes, como: manipulação de preços na bolsa de valores, crime contra a economia popular, crime do colarinho branco e formação de quadrilha. No entanto, livrou-se das acusações por pertencer a uma “boa” roda de amigos.

Após oito anos sendo ocupado por cerca de seis mil famílias pobres, o terreno passou por uma reintegração de posse e as famílias tiveram de ser retiradas do local. Para que isso fosse efetuado, tropas militares entraram em ação – sob a ordem do atual governador de São Paulo Geraldo Alckmin – agindo com força e violência contra os moradores que apresentaram resistência.

Uma moradora que resistiu ao ataque dos policiais, enquanto segurava uma criança de cinco meses no colo, sofreu tentativa de agressão por parte de um policial. Ao ser entrevistada, afirmou:

“Eu não sou bandida. Quem você ta pensando que você é (referindo-se ao policial). Ele falou que ele era cidadão. Eu falei, eu também sou cidadã. Eu não to te fazendo mal nenhum. Eu falei, você ta aqui pra proteger, não é pra me bater.”⁵

Os moradores foram atingidos com bombas de gás dentro das casas, sem ter para onde correr. Um homem que estava indo embora do local, sem apresentar resistência, foi baleado enquanto protegia sua família. Até mesmo os abrigos foram invadidos e submetidos aos atos violentos da polícia. Mulheres foram estupradas e humilhadas. No entanto, essas informações não foram veiculadas pela mídia.

O que queremos ressaltar, no entanto, é que tanto o caso do Cortiço Cabeça de Porco quanto o caso do Pinheirinho – entre outros – são evidências de desrespeito aos modos de viver e morar dos setores populares. Em ambos os casos o poder público se associou aos interesses privados do setor imobiliário para desalojar centenas de famílias cuja forma de morar não contribuía para promover o processo de especulação imobiliária.

⁵ http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=NBjjtc9BXXY#! – acessado em 22/03/2012.

Moradia: entre o direito e a especulação

*Alex Sander Sanoto*⁶

*Lucas Blank Fano*⁷

*Paulo Roberto da C. Sartori*⁸

Sem dúvida, ter um lugar para morar é fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento da vida humana. De acordo com a Constituição Federal brasileira, aprovada em 1988, a moradia é um direito social. Este direito foi historicamente conquistado através de várias lutas sociais durante os anos, e significa que os interesses coletivos devem vir primeiro do que os interesses individuais, já que somos uma sociedade que se diz “democrática”. Entretanto, ainda hoje, verifica-se o profundo desrespeito a este direito constitucional no país.

Recentemente acompanhamos pela imprensa o caso flagrante deste desrespeito ocorrido durante a desocupação do terreno do Pinheirinho na cidade de São José dos Campos, do estado de São Paulo. Neste caso, o próprio Estado, cuja principal atribuição é garantir os direitos previstos na constituição, foi o protagonista de uma ação que privou centenas de famílias do direito de morar. Por meio da força da ação da polícia militar, o governo do estado de São Paulo expulsou os moradores do Pinheirinho e destruiu todas as suas moradias para promover a reintegração de posse do terreno pertencente ao megaespeculador Naji Nahas.

Mas por que o estado se comportou desta maneira? Parte da resposta a esta pergunta está na própria lógica mercantil que orienta a organização das cidades na sociedade contemporânea. Nesse sistema tudo se transforma em mercadoria, com o solo urbano e as habitações não é diferente. Neste sentido, o solo urbano e as habitações são considerados menos pelo seu valor de uso, do que pelo seu valor de troca. Por esta lógica é aceitável para os empresários do setor imobiliário que existam nas cidades terrenos e até mesmo edifícios ociosos enquanto pessoas vivem sem ter um lugar para morar.

Um exemplo do funcionamento desta lógica são os acontecimentos que marcam a história do terreno conhecido como Pinheirinho. Um terreno que durante décadas foi objeto de especulação a espera das benfeitorias públicas para ser valorizado, mas que em 2004, se tornou palco de um processo de ocupação que passados 8 anos, se tornou o lugar de moradia de mais de 6 mil famílias. Muito embora o Pinheirinho estivesse cumprindo sua função social, porque transformou-se no lar de tantas famílias, o direito à propriedade e à especulação prevaleceu sobre o direito social. Em 22 de janeiro de 2012 as 6 mil famílias foram expulsas

⁶ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE.

⁷ Acadêmico do 3º ano de História da UNIOESTE.

⁸ Acadêmico do 2º ano de História da UNIOESTE.

violentamente de suas casas, que foram destruídas para garantir que ninguém pudesse voltar. A justificativa última da justiça para a expulsão das famílias foi o direito de propriedade de uma única pessoa sobre uma área capaz de abrigar centenas de moradias. Neste caso o valor de uso do terreno, que era o de oferecer espaço para a moradia, foi colocado em segundo plano, e sobre ele prevaleceu seu valor de troca.

Voltemo-nos para a história. Ser *cidadão* em uma sociedade *democrática*, para os criadores das respectivas palavras - os habitantes da Grécia antiga do século V a. C. – significava ter direito à cidade, poder participar da organização da mesma e das decisões estatais. Na “democracia” representativa capitalista, os interesses coletivos são claramente postos de lado, em prol dos interesses individuais e do lucro. O direito à especulação prevalece sobre o direito à moradia. A legislação é contraditória e, por fim, acaba sendo um instrumento para justificar atos desumanos, como a expropriação dos moradores do Pinheirinho. Os direitos humanos existem no papel, mas são vendidos para quem tem mais dinheiro, para quem tem mais poder. Nossa sociedade, portanto, está longe de ser democrática.

A desocupação do Pinheirinho e as falsas polêmicas

*Joselene Ieda de Carvalho⁹
Vânia Grazieli Inocêncio¹⁰*

*"Por esse pão pra comer, por esse chão prá dormir,
a certidão pra nascer e a concessão pra sorrir.
Por me deixar respirar, por me deixar existir (...)"
(Chico Buarque)*

Todos nós somos bombardeados por infinitas polêmicas criadas pela grande mídia, seja na TV, revistas, jornais ou rádios. Na maioria das vezes nem sequer nos perguntamos: por que essas polêmicas são criadas? Quem ou quais grupos criaram tais polêmicas? Quais posições estes grupos ou pessoas procuram reafirmar e defender? Acredite, para entender os conteúdos veiculados pelos grandes meios de comunicação é fundamental fazer tais questionamentos, porque a mídia não está acima das diferenças políticas ou ideológicas de uma determinada sociedade, ao contrário, é produto de suas contradições. Sua atuação deve ser compreendida como parte do jogo de forças dos grupos políticos e sociais que disputam diferentes projetos de sociedade.

O que dizer então sobre a cobertura feita pelos grandes meios de comunicação dos acontecimentos que marcaram a desocupação do Pinheirinho ocorrida em 21 de Janeiro de 2012 na cidade de São José dos Campos do Estado de São Paulo? Vejamos, em primeiro lugar, a grande mídia tratou de construir uma polêmica em torno da resistência das famílias residentes no terreno frente à violenta ação policial de desocupação. Para os principais veículos de informação tratava-se de questionar a beligerância da resistência dos moradores que sempre apareciam em fotos e trechos de reportagens com armas improvisadas. Um dos exemplos mais característicos desta abordagem foi a reportagem feita pelo Fantástico, programa que faz parte da grade da Rede Globo, exibido todos os domingos a noite. A reportagem usou cerca de 5 minutos do programa apenas para mostrar um carro em chamas de uma das afiliadas da Rede Globo que cobriam o processo de desocupação do terreno. Não houve em toda a programação da Rede Globo qualquer iniciativa de mostrar a desocupação tal como ela foi vivida pelas famílias do Pinheirinho. Não foram reproduzidas quaisquer imagens das ações violentas da polícia e seu impacto sobre os moradores. Cuidadosa e discretamente os textos das reportagens indicavam que havia alguns feridos na ação sem, no

⁹ Acadêmica do 3º ano de História da UNIOESTE.

¹⁰ Acadêmico do 4º ano de História da UNIOESTE.

entanto, revelar como havia ocorrido o embate entre a polícia e as famílias ocupantes do terreno.

Mas, por que a Rede Globo criou esta polêmica e tratou as famílias que ocupavam o Pinheirinho como vândalos e criminosos? Em grande medida porque esta empresa está articulada aos mesmos grupos políticos e econômicos que promoveram a desocupação do terreno. A relação entre as Organizações Globo e o PSDB que, na atualidade, governa o estado de São Paulo e a cidade de São José dos Campos é histórica, e se tornou pública em 1994, quando uma conversa informal entre o então ministro Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte foi televisionada e explicitou a campanha feita pela rede globo ao então candidato a presidência Fernando Henrique Cardoso do PSDB.

Ao criminalizar a resistência das famílias à desocupação a Rede Globo legitima a iniciativa do governo do PSDB e desvia toda a atenção do público em relação ao uso excessivo da força policial e da ilegalidade que caracterizaram todo o processo de reintegração de posse do terreno do Pinheirinho.

De fato, o que se observa é que a Rede Globo criou a polêmica em torno das formas de resistência dos moradores do Pinheirinho para evitar outra polêmica. Afinal diversos jornalistas e meios de comunicação alternativos e ligados aos movimentos sociais tornaram públicas as imagens da violência policial sobre as famílias do Pinheirinho e deram destaque ao número de feridos e mortos na ação de reintegração de posse do terreno. Sob este prisma surge outra polêmica que contrasta o valor social da terra contra o valor mercantil da mesma. Surgem questões sobre a necessidade do uso da força de segurança pública contra o povo e a favor da propriedade. Esta certamente é uma polêmica que os grandes meios de comunicação de massa, dependentes que são do grande capital, jamais colocaram na pauta de seus noticiários.

A cidade em disputa

Aparecida Darc de Souza¹¹
Gilvana Machado Costa¹²

A cidade tal como está constituída se mostra como um espaço de disputa. De um lado, a classe dominante e de outro, a classe trabalhadora. A classe dominante, em defesa da propriedade privada, tem realizado algumas ações das quais os resultados foram sentidos pelos trabalhadores.

A cidade tem um grande centro, lugar do comércio, das casas nobres onde as mansões preenchem o lugar que antes era dos trabalhadores. A estes resta a periferia lugar da sujeira, onde não há saneamento, o ar não é puro, as casas tem um aspecto horripilante. Para Engels essa organização corresponde à viabilidade do mercado.

Sei perfeitamente que essa disposição urbana hipócrita é mais ou menos comum a todas as grandes cidades; também sei que os comerciantes varejistas, pela própria natureza do seu negócio, devem ocupar as ruas principais; sei igualmente que nessas ruas, em toda parte, encontram-se edificações mais bonitas que feias e que o valor dos terrenos que as rodeiam é superior ao daqueles dos bairros periféricos; mantém-se a classe operária afastada das ruas principais, tanto cuidado para esconder delicadamente aquilo que possa ofender os olhos ou os nervos da burguesia. (ENGELS, 2010, p. 90)

A partir dessa organização não há limpeza nem conforto e, portanto, não há vida familiar possível; só podem sentir-se à vontade nessas habitações indivíduos desumanizados, degradados, fisicamente doentios e intelectual e moralmente reduzidos a bestializados.

Com a intensificação da industrialização, cresce rapidamente o número de trabalhadores, aumentando a pressão sobre a oferta de habitações populares.

Em determinado momento surge a “periferia”, aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica.

A distribuição espacial da população no quadro desse crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas.

Como acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos dos interesses imobiliários. As ações governamentais passaram a

¹¹ Docente do curso de História da UNIOESTE.

¹² Professora colaboradora do Projeto.

seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado, e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização e especulação do setor imobiliário.

O crescimento caótico da cidade indica a incapacidade do poder público de programar formas mais racionais de ocupação do solo e fundamenta uma forma de expansão que, devido à fragilidade das organizações populares para interferir nos grupos privados inteiramente voltados para a obtenção do lucro.

De acordo com Kowarick é o capital que deteriora a vida metropolitana. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Para os trabalhadores a cidade é o mundo onde devem procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. Entre os dois existe um mundo de diferenças.

A cidade que deveria ser o lugar onde a sociedade como um todo convivesse em harmonia, sob o capital torna-se lugar de conflitos e disputas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUONFIGLIO, Leda Veloso. O ‘direito à cidade’ apropriado: da utopia dos sem-teto ao modelo de gestão do estado. In: **Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia – UFSC**, Florianópolis, Brasil, 25 a 27 de abril de 2007.

CHALHOUB, Sideney. Cortiços. In: **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial** – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ENGELS, Friedrich. As grandes cidades. In: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** – São Paulo: Boitempo, 2010.

KOWARICK, Lúcio. A lógica da desordem. In: **A espoliação urbana** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. In: **Revista Estudos Avançados**, ano 17, número 48, 2003.

OSÓRIO, Letícia. Direito á moradia no Brasil. Artigo disponível no site www.direitoacidade.org.br.

Sítios Consultados:

<http://ptnosenado.org.br/textos/122-curtas/12584-vereadora-do-pt-diz-que-ex-moradores-do-pinheirinho-sao-expulsos-de-abrigo>. Acessado em 28/03/2012.

<http://br.noticias.yahoo.com/s%C3%A3o-criminosos-diz-soninha-moradores-pinheirinho-205817909.html>. Acessado em 28/03/2012.

<http://www.vagalume.com.br/chico-buarque/construcao.html#ixzz1qhFehGx0>. Acessado em 28/03/2012.

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/02/moradores-retirados-de-pinheirinho-participam-de-audiencia-publica.html>. Acessado em 28/03/2012.

<http://advivo.com.br/blog/luisnassif/pinheirinho-por-jose-osorio-de-avezedo-jr>. Acessado em 28/03/2012.